INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO - INDSH
HOSPITAL REGIONAL DO MARAJÓ

CNPJ nº 23.453.830/0004-12

Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimonial dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 - Em Reais (R$)

Ativo	Nota	2022	2021
Circulante		**3.817.209**	**5.012.284**
Caixa e equivalentes de caixa	**3**	2.575.852	3.680.978
Contas a receber	**4**	-	-
Estoques	**5**	761.322	781.952
Adiantamento a funcionário		77.266	84.635
Adiantamento a fornecedores		383.122	445.058
Outros créditos		14.592	14.592
Despesas antecipadas		5.055	5.069
Não Circulante		**9.670.209**	**9.854.320**
Contas a receber	**4**	6.694.453	6.694.453
Depósitos judiciais	13	316.505	316.505
Imobilizado líquido	**6**	413.296	116.349
Imobilizado-contrato de gestão líquido	**6**	2.245.955	2.727.013
Total do Ativo		**13.487.418**	**14.866.604**

Passivo	Nota	2022	2021
Circulante		**7.162.548**	**5.238.431**
Fornecedores	**8**	3.983.983	2.429.242
Obrigações trabalhistas	**9**	2.298.312	2.181.567
Obrigações sociais	**10**	327.622	304.426
Obrigações fiscais		217.897	146.553
Outras contas a pagar		189.152	176.643
Partes relacionadas	**7**	145.582	-
Não Circulante		**3.535.681**	**3.776.781**
Receitas diferidas	**11**	2.335.681	2.429.601
Partes relacionadas	**7**	1.200.000	1.347.180
Patrimônio Líquido	**13**	**2.789.189**	**5.851.392**
Patrimônio social		5.571.661	5.804.008
(Déficit) Superávit acumulado		(2.782.472)	47.384
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		**13.487.418**	**14.866.604**

Demonstração dos Déficit's dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 - Em Reais (R$)

	Nota	2022	2021
Receitas Operacionais		**51.110.441**	**45.735.435**
Serviços prestados pacientes SUS		51.110.441	45.735.435
Custos		**(45.184.735)**	**(35.907.289)**
Pessoal e encargos		(12.887.086)	(12.364.251)
Serviços de terceiros		(26.169.469)	(16.998.921)
Materiais e medicamentos		(6.128.180)	(6.544.117)
Despesas		**(8.768.833)**	**(9.735.815)**
Pessoal e encargos		(3.221.771)	(3.091.063)
Despesas gerais	**14**	(5.489.415)	(6.588.241)
Impostos, taxas e contribuições		(14.992)	(18.093)
Depreciação/amortização		(409.897)	(403.611)
Outras receitas e despesas operacionais		367.242	365.193
Financeiras, Líquidas		**60.655**	**(44.947)**
Despesas financeiras		(92.961)	(140.348)
Receitas financeiras		153.616	95.401
(Déficit) / Superávit Do Exercício		**(2.782.472)**	**47.384**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 - Em Reais (R$)

	Patrimônio Social	Superávit/ (Déficit) acumulado	Total
Em 31 de dezembro de 2020	**6.340.017**	**(538.627)**	**5.801.390**
Incorporação ao Patrimônio Social	(538.627)	538.627	**-**
Ajustes patrimoniais	2.618	-	**2.618**
Superávit do período	-	47.384	**47.384**
Em 31 de dezembro de 2021	**5.804.008**	**47.384**	**5.851.392**
Incorporação ao Patrimônio Social	47.384	(47.384)	**-**
Ajustes patrimoniais	(279.731)	-	**(279.731)**
Déficit do período	-	(2.782.472)	**(2.782.472)**
Em 31 de dezembro de 2022	**5.571.661**	**(2.782.472)**	**2.789.189**

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 - Em Reais (R$)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2022	2021
(Déficit)/Superávit do exercício	(2.782.472)	47.384
Ajustes para conciliar o resultado		
Depreciação/amortizações	409.897	403.611
(Déficit)/Superávit ajustado	**(2.372.575)**	**450.995**
Variações de (Aumento)/Redução no Ativo	**1.494.833**	**642.000**
Redução/(Aumento) de outros créditos	69.305	(341.524)
Redução/(Aumento) de estoques	20.630	150.097
Redução de despesas antecipadas	14	829
Variações de Redução/(Aumento) no Ativo		
Aumento de fornecedores	1.554.741	270.615
Aumento/(Redução) de obrigações trabalhistas	116.745	(114.927)
Aumento/(Redução) de obrigações sociais	23.196	(44.044)
Aumento/(Redução) de obrigações tributárias	71.344	(38.697)
Aumento de outras obrigações	12.509	4.819
(Redução)/aumento das obrigações-não circulante	(93.920)	752.214
Ajustes patrimoniais	(279.731)	2.618
Caixa líquido (utilizado)/proveniente das atividades operacionais	**(877.742)**	**1.092.995**
Atividades de investimentos	**(225.786)**	**(1.530.950)**
Aquisição de imobilizado	(225.786)	(1.530.950)
Atividades de financiamentos	**(1.598)**	**127.568**
Transações com partes relacionadas	(1.598)	127.568
Redução no caixa e equivalentes de caixa	**(1.105.126)**	**(310.387)**
Variação em caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)		
Saldo existente no início do exercício	3.680.978	3.991.365
Saldo existente no final do exercício	2.575.852	3.680.978
Redução no caixa e equivalentes de caixa	**(1.105.126)**	**(310.387)**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 - Em Reais (R$)

1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais: Hospital Regional do Marajó compõe a rede de regionalização dos serviços de saúde do Governo Estadual do Pará. Atende patologias de média e alta complexidade, com centro cirúrgico de alta tecnologia com UTI adulta, infantil e neonatal, atendendo a população dos municípios de todo o 8º Centro Regional de Saúde, composto pelas cidades de Bagre, Curralinho, Anajás, Portel, Melgaço e Gurupá, totalizando um universo de quase 300 mil pessoas atendidas. O atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita. O HRPM tem 50 leitos, além de unidades de urgência e emergência, sete leitos de UTI adulta, cinco de UTI pediátrica e cinco de UTI neonatal. Os serviços oferecidos são obstetrícios, cirurgia geral, ortopedia, oftalmologia, cardiologia, clínica médica, exames laboratoriais por imagem e métodos gráficos. Possui um centro cirúrgico e obstétrico com três salas cirúrgicas e uma de recuperação pós- anestésica. Unidade ambulatorial, com cinco consultórios. **b) Contrato de Gestão:** O Hospital Regional do Marajó é administrado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), 06 de setembro de 2010, sendo atualmente por meio de contrato de gestão nº 002/SESPA/2022, vigente até 21/03/2023. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:

Âmbito	Legislação	Publicação
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970
Estadual	Lei Estadual n° 5.341/1969	DOE de 19/11/1969
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967

Em 20 de outubro de 2022, a obteve renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, com validade pelo período de 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023, pela portaria nº 764 emitida pelo Ministério da Saúde. O Instituto encontra-se adimplente com as orientações e exigências da Lei Complementar Nº 187 /2021. **c) Déficit do exercício de 2022:** Em 2022 o Hospital arcou com maior volume de serviços em especialidades, assim como, com o repasse de atualização de seus fornecedores sobre os produtos e serviços de consumo geral. Desta forma, os recursos provenientes do contrato de gestão não foram suficientes para manter o fluxo financeiro da operação no exercício, impactando na apresentação de déficit na ordem de R$ 2.782.472 no exercício. Como consequência, o Hospital apresenta excesso de passivos sobre ativos circulantes no montante de R$ 3.345.339 em 31 de dezembro de 2022. A Administração busca constante adequação dos custos de execução da operação do Hospital em conjunto com o atendimento às exigência técnicas e contratuais com o Ente Público e possui a meta de reequilibrar os fluxos de caixa em discussão de renovação/atualização dos valores contratados com o Ente Público. **2. Apresentações das Demonstrações Contábeis e Principais Práticas Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade:** Com exceção aos ativos imobilizados e intangíveis que serão devolvidos ao poder concedente ao final do contrato de gestão e que não foram submetidos à avaliação de vida útil, as demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a lei complementar 187/2021 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. As demonstrações contábeis foram aprovadas, pela Administração, em 02 de março de 2023. **2.2. Base de mensuração e apresentação:** As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. **2.4. Principais práticas contábeis: a) Caixa e equivalente de caixa:** São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. **b) Estoques:** São demonstrados ao custo médio de aquisição, inferiores aos valores de realização**.** Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. **c) Ativo imobilizado:** Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. **d) Ativo intangível:** Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, reflete os custos com direitos de uso de software. **e) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **f) Julgamentos e estimativas:** A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. Provisões para riscos judiciais: A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. Ajuste para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa: É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em

continua ➤